



II Seminário Internacional de Pesquisas em **Mediatização** e Processos Sociais

ARBORICÍDIO EM PORTO ALEGRE: UMA CONTAGEM EM REDE

ARBORICIDE IN PORTO ALEGRE: A NETWORK COUNT

Eliege Maria Fante¹
Cláudia Herte de Moraes²

Resumo: O artigo reflete sobre o arboricídio em Porto Alegre fundamentado no conceito de mediatização (Gomes, 2016), entendendo-se o papel de referência das mídias digitais na contemporaneidade. Considera fundamental a atuação das entidades ambientalistas no midiativismo ambiental (Moraes; Fante, 2008), pois estas participam de debates e fóruns de modo permanente, conquistando credibilidade social em relação aos temas de interesse público. A metodologia (Fragoso et. al, 2011) analisa as notícias da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan) em seu blog e nas postagens no Facebook. A atuação midiativista ambiental da Agapan criou visibilidade antagônica na disputa de poder, pautando a comunidade e, principalmente, o legislativo de Porto Alegre.

Palavras-chave: mediatização; midiativismo ambiental; arboricídio; Blog Agapan; mídias digitais.

Abstract: The article reflects about the arboricídio in Porto Alegre based on the concept of mediatization (Gomes, 2016), understanding the role of reference of the digital media in the contemporaneity. It considers fundamental the performance of environmental entities in environmental mediactivism (Moraes and Fante, 2008), since they participate in debates and forums in a permanent way, gaining social credibility in relation to the subjects of public interest. The methodology (Fragoso et al., 2011) analyzes the news of the Gaucha Association for the Protection of the Natural Environment (Agapan) in its blog and on Facebook posts. Agapan's environmental mediactivism activity created

¹ Jornalista, mestra e doutoranda em Comunicação e Informação – PPGCOM - UFRGS. Integrante do Grupo de Pesquisa em Jornalismo Ambiental - GPJA - CNPq/UFRGS. Associada ao Núcleo de Ecojornalistas (NEJ-RS). E-mail: eliege_f@yahoo.com.br

² Jornalista, professora da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), doutora em Comunicação e Informação – PPGCOM - UFRGS. Integrante do Grupo de Pesquisa em Jornalismo Ambiental - GPJA - CNPq/UFRGS. E-mail: chmoraes@gmail.com



II Seminário Internacional de Pesquisas em **Mediatização** e Processos Sociais

antagonistic visibility in the power struggle, guiding the community and, especially, the Porto Alegre's legislature.

Keywords: mediatization; environmental mediactivism; arboricide; Agapan Blog; digital media.

Introdução

Porto Alegre foi uma das capitais mais arborizadas do Brasil. Atualmente, a disputa pelo futuro é palmo a palmo, ou melhor, clique a clique em mídia digital. Após outras campanhas contrárias aos ataques às árvores da capital do Rio Grande do Sul, o ano de 2017 representou um novo marco na luta contra o arboricídio. Este se evidencia através do corte diário de dez árvores em média, tendo sido mais de 30 mil entre 2007 e 2016 e, somente em 2016, 3.575 árvores foram derrubadas (Agapan, 2017). Como uma das reações, a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural, a Agapan, lançou em 21 de setembro de 2017, o Dia da Árvore, o contador digital “Arboricídio Poa” (Agapan, 2017a), Figura 1, mais uma janela no blog da reconhecida entidade ambientalista fundada em 1971. A seguir, a justificativa:



II Seminário Internacional de Pesquisas em Miatização e Processos Sociais

A primeira grande luta da Agapan foi justamente para acabar com as podas indiscriminadas, que impediam nossas árvores de dar flores, deixando a cidade cinza. [...]. Aos poucos, Porto Alegre foi transformada na capital mais arborizada do Brasil, posição que durou por muitos anos. Infelizmente, com a complacência de várias gestões municipais incapazes de perceber o vital serviço ambiental fornecido pelas árvores, esse cenário está regredindo e Porto Alegre corre sério risco de voltar a ser cinza e adoecer.

Figura 1: Reprodução da capa do Blog da Agapan em 04 de maio de 2018



Fonte: as autoras.

A crítica às gestões municipais se deve em 2017 ao Projeto de Lei Complementar Legislativo (PLCL) 08/2017, do vereador Moisés Barbosa (PSDB) codinome “Maluco do Bem”, com emendas do vereador Felipe Camozzato (Novo), o qual altera a legislação vigente, a Lei Complementar 757/2015 que trata da supressão vegetal e compensações ambientais. As entidades ambientalistas, unidas e individualmente, promoveram diversas ações provocando o debate público com a finalidade de comunicar à cidadania os impactos decorrentes de uma possível aprovação do PLCL assim como persuadir os vereadores a votarem pelo “Não” ao referido projeto. Desde documento entregue à Câmara de Vereadores de Porto Alegre pedindo a retirada do regime de urgência para a votação (que teria ocorrido em 18 de setembro de 2017) à realização de abaixo assinado, duas ações judiciais deferidas sendo uma pela suspensão da tramitação do Projeto até realização de uma audiência pública (a qual ocorreu em 26 de abril de 2018) e outra pela explicação por parte do governo municipal pela



II Seminário Internacional de Pesquisas em Mídia e Processos Sociais

inatividade do Conselho Municipal de Meio Ambiente, o qual tem o poder de discutir o tema antes de chegar ao legislativo.

Entre os argumentos difundidos, destacamos a inconstitucionalidade do PLCL ao propor a supressão privada de vegetação, já que a proteção ambiental é prerrogativa do poder público, e a autorização dos cortes das árvores mesmo sem avaliação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Em uma das notícias (Agapan, 2017b), a Agapan trata dos aspectos ecológicos do PLCL, como a facilitação que pode ocorrer em relação às podas por empresas não qualificadas, sem acompanhamento, resultando diminuição das árvores na cidade, cujo número oficial estimado é 1,4 mil.

O artigo faz sua reflexão sobre o arboricídio em Porto Alegre fundamentado no conceito de mediação (Gomes, 2016), entendendo-se o papel de referência das mídias na contemporaneidade.

O resultado desse movimento cria um ambiente (que chamamos de sociedade em mediação) que configura para as pessoas um novo modo de ser no mundo, pelo qual os meios não mais são utilizados como instrumentos possibilitadores das relações pessoais, mas fazem parte da autocompreensão social e individual. (Gomes, 2016, p. 18).

A metodologia para estudos sobre internet, dissecada por Frago, Recuero e Amaral (2011), relaciona-se às noções sobre as quais se entende a internet. Assim como as autoras a entendemos como uma tecnologia midiática. Desta maneira, gera práticas sociais, abre a possibilidade de que, a cada objeto de estudo se possa abordar teórica e metodologicamente de forma a apropriar conceitos diversos. Afirmam: “Os objetos de estudo são desenhados e definidos a partir das práticas midiáticas por eles geradas, levando em consideração as relações ‘borradas’ entre online/offline [...]” (Frago et al., 2011, p. 43-44).

Com a abordagem da internet como mídia é possível pensar a convergência midiática em movimento, na qual os atores sociais e suas práticas podem levar a estudos sobre a dimensão simbólica, mas também sobre a dimensão material em relação às engrenagens sociais. Em nosso estudo, a observação é deste tipo, pois entendemos que a análise das notícias da Agapan em seu blog, e as postagens no Facebook da entidade,



II Seminário Internacional de Pesquisas em **Mediatização** e Processos Sociais

nos levam à percepção da atuação do midiativismo ambiental que, na interação das mídias digitais, busca mobilização intensa para atuação política no debate público. A observação leva em conta as notícias e informações compartilhadas e multiplicadas por meio da internet.

1. Mobilização e midiativismo ambiental

Importante pontuar o histórico de luta em defesa das árvores em Porto Alegre. Pesquisa recente (Fante; Moraes, 2014) verificou que o blog da Agapan podia ser caracterizado como uma audiência com outro papel, ou seja, trazendo pluralismo na cobertura jornalística da entidade ambientalista, tratando sobre o arboricídio em 2013 em razão das obras viárias para a Copa do Mundo Fifa Brasil 2014, e com isso desfaz a ideia de produção de conteúdo apenas pelas mídias tradicionais ou hegemônicas. Outro recente acontecimento, envolvendo o tratamento das árvores após um grave temporal ocorrido em 29 de janeiro de 2016 em Porto Alegre, que causou a derrubada ou dano a 5 mil árvores foi preocupação das entidades, que se mobilizaram e questionaram o poder público sobre como as árvores são tratadas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e da Sustentabilidade. (Jornal Já, 2016)

O midiativismo ambiental da Agapan é observado a partir de Malini e Antoun (2013, p. 21), que apontam o “midiativismo ciberativista” como a reunião de “[...] experiências singulares de construção de dispositivos digitais, tecnologias e processos compartilhados de comunicação, a partir de um processo de colaboração social em rede e de tecnologias informáticas [...]”. Esse ativismo tem como resultado a produção de um mundo sem intermediários que, analisamos, somando-se ao processo de mediatização, transforma as possibilidades para o debate público.

Gomes (2008), considera que a esfera pública difunde os argumentos, promovendo o debate e fornece, desta forma, insumo para outras esferas, inclusive aos meios de comunicação. Mais importante que isso, o autor afirma que a esfera pública não depende da cena midiática, bem como os meios de comunicação também não dependem dos insumos da esfera pública na promoção do debate público. Desta forma, podemos entender que o papel de outros atores sociais ganha importância, não vinculado apenas aos meios de massa.



II Seminário Internacional de Pesquisas em Mídia e Processos Sociais

Por outro lado, a mobilização depende de articulações que envolvem diretamente a comunicação. Conforme Maia (2008, p. 187), para a expansão de determinada causa é necessário envolver as redes de comunicação, dentre os grupos sociais, além de estabelecer um aspecto crucial: “[...] para além da própria comunidade ou localidade, a credibilidade e a autoridade para as demandas do grupo.”. Desta maneira, consideramos fundamental a atuação das entidades ambientalistas no midiativismo ambiental (Moraes; Fante, 2018), pois estas participam de debates e fóruns de modo permanente, conquistando credibilidade social em relação aos temas de interesse público.

A transversalidade, característica do processo de mediação, é apontada, a partir do estudo apresentado, não apenas através dos ambientalistas que lidam diretamente com a questão do arboricídio, como também do ajuste necessário que atravessa outras instituições atuantes no debate público e no processo social em si. Estamos falando do legislativo de Porto Alegre que, ao propor uma alteração legal com fragilização da proteção à natureza, provocou a reação do movimento ambiental com a ampliação do debate público para além da Câmara de Vereadores, os representantes legais do povo. Desta forma, as afetações “[...] são relacionais e geram, conseqüentemente, retornos de processos de sentido das construções feitas pelos outros campos, e que se instauram nos modos de funcionamento da mediação.” (Fausto Neto, 2006, p. 9).

2. Postagens analisadas: mediação e debate público

A Agapan, junto com outros atores sociais, realizou debates e promoveu ações junto ao Ministério Público Estadual. Porém, salientamos que a repercussão dessas ações teve maior efeito a partir das postagens no blog e no Facebook e do contador digital, criando uma rede de apoio e visibilidade na esfera pública (Figura 2). Com isso, podemos verificar, a afirmação de que: "Quando o debate é ampliado, há maiores chances para se alcançar um compartilhamento do saber social para tratar de problemas complexos, que não podem ser resolvidos sem a cooperação coletiva." (Maia, 2008, p. 191).



II Seminário Internacional de Pesquisas em **Midiatização** e Processos Sociais

Figura 2: Problematização em rede e ampliação do debate público



Fonte: as autoras.

A ampliação do debate sobre o projeto que abriria o caminho para maiores perdas de árvores na cidade foi determinante para o desfecho de suspensão da tramitação até realização de audiência pública. Portanto, foi a mobilização social que garantiu a não apreciação em plenário do projeto pelos vereadores e a continuidade do debate sobre o PLCL do arboricídio por oito meses. Em maio de 2018, o referido projeto encontra-se na Procuradoria da Câmara de Vereadores em Porto Alegre. A realização da Audiência Pública não dirimiu todas as dúvidas dos críticos ao PLCL, por exemplo, devido a não participação do Conselho Municipal de Meio Ambiente. Foi também pela mídia digital que ficamos sabendo do chamado “simulacro de audiência pública” postado no Facebook pelo membro da Agapan e ex-secretário municipal de Meio Ambiente, Gerson Almeida, primeiro no perfil pessoal e em segundo lugar no perfil da entidade em 01 de maio de 2018:



II Seminário Internacional de Pesquisas em **Mediatização** e Processos Sociais

A tramitação do projeto (PLCL 08/2017) havia sido interrompida por demanda judicial feita pelas entidades ambientalistas e o juiz Eugênio Couto Terra determinou que deveria haver audiência pública para tratar sobre o tema.

No entanto, todos ficaram surpresos ao saberem que aquela audiência pública NÃO era para tratar do projeto sustado no ano anterior, mas para tratar de um outro, com o mesmo teor, o [Projeto de Lei Complementar do Legislativo] PLCL 02/2018. Este, foi apresentado para fazer de conta que tudo estava começando do zero e os demais temas demandados judicialmente pelas entidades ambientalistas não embaraçassem a sua tramitação, como o não funcionamento do Conselho Municipal do Meio Ambiente não ter reuniões há quase um ano e meio. (Almeida, 2018).

Através de uma rápida busca no site da Câmara de Vereadores constatamos que os dois projetos, o PLCL 08/2017 (Câmara, 2017) e PLCL 02/2018 (Câmara, 2018) estão em tramitação na Procuradoria do legislativo de Porto Alegre. Aquele de 2017, parado desde 20 de fevereiro de 2018. Este de 2018 está “para parecer” desde 16 de abril. Verifica-se algumas diferenças nas alterações e revogações propostas para os artigos da Lei Complementar 757/2015, contudo é possível afirmar que se trata da reapresentação do projeto suspenso em 2017 assim como o alerta do ativista exposto anteriormente.

O vereador porto-alegrense Marcelo Sgarbossa (PT), que integra também a Agapan, difundiu nas suas páginas da mídia digital, entre elas a “Cidade mais humana”, um vídeo (Cidade Mais Humana, 2018) onde falam integrantes do movimento ambientalista e/ou membros do Conselho Municipal de Meio Ambiente (Comam). Inicialmente é o próprio vereador que mostra o contexto de precarização do trabalho das secretarias, principalmente da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade (SMAMS), cujo propósito segundo ele é favorecer a contratação de empresas privadas parceiras do governo municipal. Na sequência é feita a denúncia da opção por privilegiar empresas ao contrário de fortalecer o setor público e impedir o retrocesso legal e ambiental. É também negada a afirmação divulgada pelo autor do Projeto de Lei de que haveria um passivo de processos esperando por análise dos técnicos da SMAMS. No vídeo (Figura 3), a resposta dos defensores da Lei vigente (757/2015) é de que há indeferimentos de pedidos de supressão de árvores o que



II Seminário Internacional de Pesquisas em **Mediatização** e Processos Sociais

desagradou os requerentes. Conforme explicam, casos como o de tombamento ou nidificação de/ou em árvores têm regras a serem cumpridas especificadas na Lei, porém não aceitas com facilidade.

Figura 3: Reprodução de imagem do vídeo informativo veiculado na mídia digital



Fonte: as autoras.

Ressaltamos ainda outros dois aspectos dos PLCL's visibilizados com esta mediatização promovida pela Agapan e que atendem ao interesse público. Ambos aspectos também foram abordados no vídeo acima referido. Primeiro, a notícia (Agapan, 2017c) que denuncia a alteração da “destinação dos recursos de compensações ambientais”, contribuindo para o enfraquecimento do órgão ambiental municipal. Em segundo, a não convocação pelo secretário da SMAMS das reuniões do Conselho Municipal de Meio Ambiente (Comam). A informação veiculada no blog em nota pública conjunta (Agapan, 2017d) das entidades Agapan, Associação Sócio-Ambientalista (Igré), Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais (Ingá) e União Pela Vida (UPV) denuncia que, além de impedir o debate de questões como as envolvidas nos PLCL's, “os gestores públicos demonstram o seu desprezo pelos valores democráticos, desrespeitando a Constituição e as leis.” Na linha do enfraquecimento da SMAMS, precarizando e fragilizando o seu funcionamento, a nota revela que é justamente o Comam quem define “as diretrizes de aplicação dos recursos do Fundo Municipal Pró-



II Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais

Defesa do Meio Ambiente (Fumproamb)” e fiscaliza a aplicação. E, neste período de não convocação pelo gestor municipal foram editados “três decretos de abertura de créditos suplementares” cujo valor somado superou quatro milhões de reais.

De fato, as mídias digitais viabilizaram o acesso do público, ao menos aquele que possui os recursos eletrônicos necessários para tal, às informações esclarecedoras difundidas pela Agapan assim como as destacadas no vídeo citado. Era de se esperar que estas informações surgissem pela imprensa, mas há um senso comum de que há falta de tempo para profissionais de redação, principalmente mídias hegemônicas, que devido rotinas produtivas cada vez mais limitadoras da prática jornalística, não apuram com suficiência os dados fornecidos pelos entrevistados. Por isso, apresentaremos o resultado da nossa apuração no intuito de contrastar os dados de duas notícias veiculadas em 2017 num dos principais diários do RS. A repetição desses dados foi apresentada ao lado da suposta pertinência da terceirização de atividades da SMAM. Pesquisa no site da Prefeitura de Porto Alegre disponibiliza o acesso aos Relatórios de Atividades Anuais de todas as Secretarias Municipais. O item “Ação: arborização em vias públicas/Manejo da arborização urbana” constante na descrição da SMAMS mostra que, referentes aos anos 2014 (Porto Alegre, 2015, p. 63), 2015 (Porto Alegre, 2016, p. 53) e 2016 (Porto Alegre, 2017, p. 55), tendo sido somadas as metas de manejo não alcançadas, temos um déficit de 9.658. Vale destacar que, apenas nos Relatórios de 2014 e de 2015, há o indicador do número de “Solicitação de manejo e poda de árvores” e, neste caso, consta que em 2014, da meta de 10 mil pedidos, foram atendidos 3.516 resultando num déficit de 6.484. Vimos também, que em 2015, a meta de quatro mil foi superada em 914, tendo sido realizados 4.914 atendimentos.

“Há *solicitações* protocoladas desde 2014 [...]” e “[...] desde 2014, tem mais de 10,8 mil *protocolos abertos* aguardando execução.”, diz a notícia, com grifos nossos, veiculada em 12 de março de 2017 (Gaúcha ZH, 2017a). A partir da nossa apuração, concluímos que, se o número utilizado se referiu às metas de manejo não alcançadas entre 2014 e 2016 (já que a notícia é de 2017 e o Relatório oficial não estava pronto), o correto é 9.658. Pelo destaque conferido ao ano de 2014, temos que, se o número utilizado na notícia se ateu ao número de solicitações, o déficit foi igual a 6.484 pedidos. Portanto, o número exaltado no título da notícia resulta de uma simplificação,



II Seminário Internacional de Pesquisas em Mídia e Processos Sociais

que por sua natural incompletude, além de se equivocar não dimensiona à quem lê a situação complexa enfrentada pelo órgão ambiental. Apenas entrevistados com cargos de direção serviram como fontes jornalísticas nessa notícia analisada e também naquela que traremos na sequência. Pois, se os técnicos do órgão ambiental tivessem sido ouvidos, a terceirização teria sido apontada como saída da mesma forma ou teria sido denunciada a precarização e fragilização da SMAM conforme ficamos sabendo a partir da difusão de informações pela Agapan?

Notícia de 16 de novembro de 2017 (Gaúcha ZH, 2017b) repetiu a informação simplificada de que há “[...] mais de 10 mil pedidos pendentes de intervenções em árvores nas ruas [...]” E chama a atenção a defesa incondicional da fonte oficial (cargo de confiança e não técnica/servidora pública) sobre o projeto do arboricídio: “[...] será necessário parcerias com a iniciativa privada [...]. [...] aposta em um projeto do vereador Moisés Barboza (PSDB), que permite aos moradores fazer poda e corte — mesmo em via pública.” Nesta notícia, a falta de apuração impossibilitou a compreensão por parte de quem leu, de que o referido PLCL 008/17 propunha, na verdade, que a poda e corte, em via pública e em área privada sejam “[...] realizadas por empresas e profissionais habilitados [...]”.

Para Braga (2006, p. 27-28) as resistências dos movimentos podem ser mais eficazes “[...] na medida em que assumem e redirecionam os processos midiáticos [ou mediação].” Entretanto, o acesso às mídias digitais no Brasil é conjugado conforme a classe social tanto na obtenção de equipamentos (computadores, celulares, etc.) quanto em relação à permanente hiperconexão. Desta maneira, há movimentos sociais mais frequentes na realidade online do que outros. Esta pode ser uma variável pertinente, entre tantas, na medição da qualidade da democracia no Brasil.

Considerações finais

Diante deste novo marco na luta contra o arboricídio, contextualizamos a mobilização e o debate pelas mídias digitais, protagonizados pelo movimento ambientalista de Porto Alegre, com ênfase no midiativismo ambiental da Agapan, entendendo este como potencializado pelo processo de mediação. Constatamos que o contador digital “Arboricídio Poa”, as notícias veiculadas no blog da Agapan, bem



II Seminário Internacional de Pesquisas em Mídia e Processos Sociais

como a repercussão das mesmas em postagens no Facebook, evidenciam o processo social desencadeado de ampliação do debate público, ao sair da Câmara de Vereadores e ser problematizado em mídia digital. Para Maia (in Gomes; Maia, 2008, p. 188) é “[...] a mediação [que] permite confrontos diretos ou virtuais entre especialistas e atores da sociedade civil. Isso provoca uma troca de razões/visões num processo de idas e vindas, [...].” Desta forma, acreditamos que a mediação potencializa a capacidade de mediação entre os atores sociais.

Com a análise realizada, compreendemos que as ações de comunicação dos ativistas ambientais, impulsionadas com os processos da mediação, puderam problematizar e apontar os caminhos para a sociedade no debate atual do arboricídio em Porto Alegre. Sendo as tecnologias utilizadas como o próprio meio de circulação dos discursos, a atuação midiática ambiental da Agapan resultou em visibilidade antagônica na disputa de poder, pautando a comunidade e, principalmente, o legislativo da capital. Os ambientalistas contam com uma nova potência revitalizada de agenciamento, que diz respeito ao uso de tecnologias da comunicação, disputando com as mídias hegemônicas um espaço para o exercício do poder de fala.

Referências

AGAPAN, 2017a. *Arboricídio POA*. Blog. Disponível em: <<http://www.agapan.org.br/p/arboricidio-poa.html>>

AGAPAN, 2017b. *Prefeitura corta mais de 3 mil árvores por ano em Porto Alegre*. Blog. 17 set. 2017. Disponível em: <www.agapan.org.br/2017/09/prefeitura-corta-mais-de-3-mil-arvores.html>

AGAPAN, 2017c. *Tribunal de Justiça mantém liminar que suspendeu o PL do arboricídio*. Blog. 03 nov. 2017. Disponível em: <<http://www.agapan.org.br/2017/11/tribunal-de-justica-mantem-liminar-que.html>>

AGAPAN, 2017d. *Comam completa um ano sem reunião*. Blog. 24 nov. 2017. Disponível em: <<http://www.agapan.org.br/2017/11/comam-completa-um-ano-sem-reuniao.html#more>>



II Seminário Internacional de Pesquisas em Mídia e Processos Sociais

-
- ALMEIDA, Gerson. 2018. Porto Alegre: o projeto arboricida e o simulacro de audiência pública [comentário pessoal]. *Facebook*, 29 abr. 2018. Disponível em: <<https://www.facebook.com/Gerson.Almeida1959/posts/1792449714149982>>
- BRAGA, J. L. 2006. Sociedade midiaticizada. *Animus: revista interamericana de comunicação mediática*, 5 (2/ jul. dez): 09-35.
- CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. Detalhes do Processo 00896/17. 2017. Disponível em: <<http://www.camarapoa.rs.gov.br/processos/131177>>
- CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. Detalhes do Processo 00233/18. 2018. Disponível em: <<http://www.camarapoa.rs.gov.br/processos/133838>>
- FANTE, E. M.; MORAES, C. H. de. Blog institucional como espaço de reformulação do conceito de audiência no webjornalismo: estudo de caso Agapan. *In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo*, XII, Rio Grande do Sul, 2014. *Anais...*
- FAUSTO NETO, A. 2006. Mídia e prática social: prática de sentido. *In: Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação*, XV, São Paulo. *Anais...*
- FRAGOSO, S.; RECUERO, R.; AMARAL, A. 2011. *Métodos de pesquisa para internet*. Porto Alegre: Sulina, 239 p.
- GAÚCHA ZH. 2017a. Mais de 10,8 mil pedidos de poda e remoção de árvores em Porto Alegre aguardam por execução. 12 mar. 2017. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2017/03/mais-de-10-8-mil-pedidos-de-poda-e-remocao-de-arvores-em-porto-alegre-aguardam-por-execucao-9746477.html>>
- GAÚCHA ZH. 2017b. 27 mil queixas em aberto: o impacto da falta de conservação em Porto Alegre. 16 nov. 2017. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2017/11/27-mil-queixas-em-aberto-o-impacto-da-falta-de-conservacao-em-porto-alegre-cja2r6s4p03iu01tbbrwfevzi.html>>
- GOMES, P. 2016. Mídia e prática social: um conceito, múltiplas vozes. *Rev Famecos*, 23 (2). Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/22253/14176>
- GOMES, W. 2008. Da discussão à visibilidade. *In: GOMES, W.; MAIA, R. C. M. Comunicação e Democracia: Problemas & perspectivas*. SP, Paulus, 2008. p. 117-162.
- JORNAL JÁ. 2016. Melo faz balanço dos estragos do temporal; oposição diz que falta plano de emergência. Disponível em: <http://www.jornalja.com.br/29337-2/>



II Seminário Internacional de Pesquisas em **Mediatização** e Processos Sociais

MAIA, R. C. M. 2008. Visibilidade midiática e deliberação pública. *In*: GOMES, W.; MAIA, R. C. M. *Comunicação e Democracia: Problemas & perspectivas*. SP: Paulus. p. 165-194.

MALINI, F.; ANTOUN, H. 2013. *A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais*. Porto Alegre: Sulina.

MORAES, C. H. de; FANTE, E. M. 2018. Uma cartografia do midiativismo ambiental em Porto Alegre. *In*: BRAIGHI, A. A.; LESSA, C.; CÂMARA, M. T. (Orgs). *Interfaces do Midiativismo: do conceito à prática*. Belo Horizonte, CEFET-MG.

PORTO ALEGRE. 2015. Secretaria Municipal de Planejamento Estratégico e Orçamento. *Relatório de Atividades de 2014*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Disponível em:
<http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smpeo/usu_doc/versao_final_site.pdf>

PORTO ALEGRE. 2016. Secretaria Municipal de Planejamento Estratégico e Orçamento. *Relatório de Atividades de 2015*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Disponível em:
<http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smpeo/usu_doc/ra_2015.pdf>

PORTO ALEGRE. 2017. Secretaria Municipal de Planejamento Estratégico e Orçamento. *Relatório de Atividades de 2016*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Disponível em:
<http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smpeo/usu_doc/relatorio_de_atividade_s_2016_final.pdf>

CIDADE MAIS HUMANA. Não ao arboricídio. *Facebook*, 3 mai. 2018. Disponível em: <<https://www.facebook.com/marcelosgarbossa.rs/videos/1430590813714105/>>